

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2023  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2023JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO  
(ART. 24, I, LEI 8.666/93)**1 – OBJETO:**

A presente dispensa de licitação tem como objeto a contratação de empresa para a realização de OBRA DE REMOÇÃO E DESLOCAMENTO DA REDE ELÉTRICA DE DISTRIBUIÇÃO EM LINHA PRATINHA, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO ELÉTRICO APROVADO PELA CELESC SOB N. NP400715275.

**2 - DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA**

2.1. A presente Dispensa de licitação se encontra amparada pela *Lei de Licitações e Contratos*, tendo em vista que a aquisição requisitada totaliza R\$ 19.225,00 (dezenove mil, duzentos e vinte e cinco reais), preço que admite a Dispensa de acordo com o artigo 24, I, da Lei 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

2.2. Ressalta-se que a Administração Municipal, ainda que diante de Dispensa de Licitação, promoveu pesquisas de mercado a fim de encontrar o menor preço para a contratação do supramencionado serviço;

2.3. Os atos em que se realize a dispensa de licitação são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato, dito discricionário, **se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato**, dada a sua importância e necessidade extrema de idoneidade.

**3 – DA CONTRATANTE**

3.1. **MUNICÍPIO DE DESCANSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.026.138/0001-97, com sede na Avenida Marechal Deodoro, nº 146, centro, Descanso/SC.

**4 – DO CONTRATADO**

4.1 – E. B. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob n. 00.212.337/0001-62, com sede a ROD SC 386 KM 26, Industrial, Município de Descanso/SC.

**5 – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE**

5.1 – A contratação nos termos e condições em epígrafe, será realizada considerando o valor apresentado para o fornecimento dos itens, conforme segue abaixo:

Item	Especificação	Quant.	Valor Uni.	Preço Total
1	OBRA DE REMOÇÃO E DESLOCAMENTO DA REDE ELÉTRICA DE DISTRIBUIÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NO MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC, CONFORME PROJETO ELÉTRICO APROVADO PELA CELESC SOB N. NP400715275	1	19.225,00	19.225,00
			<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 19.225,00</b>

**6 – DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DOS PRAZOS:**

6.1- O contratado deverá proceder a execução dos serviços no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da solicitação de fornecimento e formalização do contrato.

6.2 - Os preços cotados não serão reajustados.

**7 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1 - O pagamento será efetuado na semana subsequente à prestação, mediante a apresentação da Nota Fiscal, desde que esteja em condições de liquidação e pagamento. Consigne-se que serão efetuadas as retenções de tributos, quando couber, nos termos da legislação vigente.

**8 – DA DESPESA**

8.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificadas e codificadas: **2.029.4.4.90.00.00.00.00 (90/2023)**

**9 - DA HABILITAÇÃO**

9.1 - A empresa contratada apresentou a seguinte documentação para comprovação de habilitação jurídica e regularidade fiscal, conforme exigências do art. 27 da Lei 8.666/93, especialmente:



- a) Cartão CNPJ;
- b) Prova da regularidade conjunta para com a Fazenda Federal, União e Previdência (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da empresa (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
- e) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, de acordo com as prerrogativas da Lei 12.440/11, com validade;
- f) Certificado regularidade FGTS.

## 10 - CONCLUSÃO

Tendo em vista os itens em epígrafe, remeta-se para elaboração de parecer jurídico, no que tange à possibilidade de contratação por dispensa de licitação, para posterior ratificação pela autoridade competente.

Descanso/SC, 11 de outubro de 2023.

---

**FELIPE JOSÉ TERNUS**  
Presidente da CPL

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica.

---

**ROGÉRIO DE LEMES**  
OAB/SC-21.018  
Assessor Jurídico